

Vila Piauí II

Empreendimentos e

Participações S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento da receita de venda de geração de energia elétrica

A receita proveniente da venda de geração de energia é reconhecida quando a obrigação de *performance* é satisfeita e é mensurada com base no consumo da energia gerada e no preço por megawatt hora (MWh) especificado nos termos dos contratos de fornecimento, conforme regime de competência. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de contas a receber derivado da geração de energia é no montante de R\$ 3.209 mil e está divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras.

O cálculo da receita de geração de energia elétrica foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades dos contratos de fornecimento, o qual leva em consideração dados qualitativos e quantitativos, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho relacionado aos controles internos da Companhia para o cálculo da receita de venda de geração de energia; (ii) a compreensão e documentação do processo de receita, determinação e revisão dos contratos de fornecimento; (iii) testes de detalhe e recebimento subsequente; e (iv) recálculo dos contratos de fornecimento de energia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita de venda de geração de energia elétrica que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 11 de março de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 30 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F



Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC-PE021265/O

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2022	2021	Passivo	Notas	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.a	6.009	18.555	Fornecedores	10	1.230	1.224
Contas a receber	6	3.209	3.051	Financiamentos	11	5.202	10.647
Adiantamento a fornecedores		31	284	Debêntures	12	2.791	2.523
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		452	93	Tributos a recolher		149	181
Despesas pagas antecipadamente	7	619	556	Imposto de renda e contribuição social a recolher		569	516
Estoques		251	251	Obrigações sociais e trabalhistas		182	179
Outras contas a receber		4	4	Dividendos a Pagar	21	142	-
Total do ativo circulante		10.575	22.794	Arrendamentos	8	3	3
				Outras contas a pagar		266	296
Não circulante				Total do passivo circulante		10.534	15.569
Fundos vinculados	5.b	6.917	433	Não Circulante			
Despesas pagas antecipadamente	7	65	-	Financiamentos	11	80.188	83.766
Total do realizável a longo prazo		6.982	433	Debêntures	12	35.220	35.782
				Provisão para desmobilização	13	1.288	982
Direito de uso	8	3.274	3.136	Arrendamentos	8	2.592	2.595
Imobilizado	9	137.090	143.532	Outras contas a pagar		69	-
Total do ativo não circulante		140.364	147.101	Total do passivo não circulante		119.357	123.125
				Total do passivo		129.891	138.694
Total do ativo		157.921	169.895	Patrimônio líquido			
				Capital social	14.a	27.576	35.576
				Lucros (prejuízos) acumulados	14.c e 14.d	454	(4.375)
				Total do patrimônio líquido		28.030	31.201
				Total do passivo e patrimônio líquido		157.921	169.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	15	31.086	35.730
Custos de operação	16	(12.760)	(17.194)
Lucro bruto		18.326	18.536
Despesas gerais e administrativas	17	(1.481)	(1.124)
Outras despesas operacionais, líquidas		(10)	-
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		16.835	17.412
Receitas financeiras	18	1.963	582
Despesas financeiras	18	(12.111)	(19.754)
		(10.148)	(19.172)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		6.687	(1.760)
Imposto de renda e contribuição social	19	(1.717)	(1.317)
Lucro (prejuízo) do exercício		4.970	(3.077)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>4.970</u>	<u>(3.077)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>4.970</u></u>	<u><u>(3.077)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	35.576	-	-	(1.298)	34.278
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.077)	(3.077)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	35.576	-	-	(4.375)	31.201
Redução de capital social	(8.000)	-	-	-	(8.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	4.970	4.970
Reserva Legal	-	30	-	(30)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(141)	(141)
Reserva de retenção de lucros	-	-	424	(424)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	27.576	30	424	-	28.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas	2022	2021
Resultado antes dos tributos		<u>6.687</u>	<u>(1.760)</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de			
Atividades operacionais:			
Juros sobre financiamento	11	6.472	11.195
Custo de captação de financiamentos apropriado ao resultado	11	56	41
Custo de captação de debêntures apropriado ao resultado	12	15	7
Juros debêntures	12	4.532	6.986
Depreciação	9	6.476	6.428
Baixa de imobilizado	9	3	359
Rendimentos aplicações financeiras	18	(1.954)	(582)
Outras receitas financeiras	18	(9)	-
Ajuste a valor presente provisão para desmobilização	13	96	228
Amortização de direitos de uso	8	72	92
Juros sobre passivo de arrendamento	8	<u>277</u>	<u>473</u>
Lucro ajustado		<u>22.723</u>	<u>23.467</u>
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber	6	(158)	584
Tributos a recuperar		-	68
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	(93)
Estoques		-	(251)
Adiantamento a fornecedores		253	-
Despesas pagas antecipadamente	7	<u>(128)</u>	<u>1.244</u>
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores	10	6	(281)
Obrigações sociais		3	(154)
Tributos a recolher		(32)	41
Outras contas a pagar		<u>39</u>	<u>(690)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>22.706</u>	<u>23.935</u>
Pagamento de juros de financiamentos	11	(10.483)	(2.625)
Pagamento de juros de debêntures	12	(2.773)	-
Pagamento de IR e CS		<u>(2.022)</u>	<u>(1.130)</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>7.428</u>	<u>20.180</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5.b	(4.521)	772
Aquisição ao ativo imobilizado	9	<u>(37)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de investimento		<u>(4.558)</u>	<u>772</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Arrendamentos	8	(280)	(465)
Pagamento de principal de financiamentos	11	(5.068)	-
Pagamento de principal de debêntures	12	(2.068)	(9.649)
Redução de capital	14.a	<u>(8.000)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(15.416)</u>	<u>(10.114)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes		<u>(12.546)</u>	<u>10.838</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.a	18.555	7.717
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.a	<u>6.009</u>	<u>18.555</u>
Variação no caixa e equivalentes		<u>(12.546)</u>	<u>10.838</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações SA. “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de abril de 2018, estabelecida na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663 - 4º andar, Jardim Paulistano, capital do estado de São Paulo, CEP 01452-001. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento EOL Vila Piauí II, incluindo a implantação e a montagem, bem como a comercialização de energia.

A controladora da Companhia é a Echoenergia Participações S.A a qual detém 100% de participação do capital social da controlada.

A Companhia possui uma central geradora de energia eólica situada no município de Serra do Mel, no Estado do Rio Grande do Norte, constituída de 9 unidades geradoras de 4,2 MW médios, totalizando 37,8 MW médios de capacidade instalada.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração de energia eólica de longo prazo com vencimento em 2054:

Projeto Eólico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW Médio)	Garantia Física (MW médios)
EOL Vila Piauí II	Res. 7674/2019	26/03/2019	35 anos	37,8	20,8

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o seguinte contrato de compra e venda de energia de longo prazo com vencimento em 2035.

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada	Índice de reajuste	Mês de reajuste
EOL Vila Piauí II	ACL (a)	Variável (b)	IPCA	Janeiro

(a) Ambiente de contratação livre.

(b) O fornecimento e o preço da energia vendida é variável, sujeito a produção e condições de mercado.

1.3 Impactos da COVID-19

A Companhia não identificou efeitos financeiros e econômicos significativos decorrentes da Covid-19 nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Desde o início da pandemia, meados de março de 2020, a Companhia vêm mantendo as medidas de distanciamento social e higiene previstas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), visando proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores, tendo retornado às suas atividades presenciais no segundo semestre de 2021. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.4 Impactos frente à invasão da Ucrânia pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão militar na Ucrânia, marcando uma escalada acentuada do conflito existente entre estes países. A invasão recebeu ampla condenação da comunidade internacional, incluindo sanções impostas com o objetivo de paralisar a economia russa.

Como resultado da invasão, os preços do petróleo apresentaram alta expressiva, encerrando o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 cotados aproximadamente a US\$ 80, o barril. Outro índice que apresentou flutuação foi o câmbio, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a queda do dólar frente ao real foi de, aproximadamente, 6,5% em relação a 31 de dezembro de 2021.

A inflação mundial, com os efeitos da guerra sobre a cadeia de suprimentos, também apresentou pressão de alta. A invasão ocasionou aumento de taxa de juros, crescimento nos custos dos insumos utilizados pela Companhia e redução do poder econômico da população. Todos esses efeitos estão sendo monitorados pela Companhia e foram considerados nas suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (BR-GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de março de 2023.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado e estão mencionados abaixo:

- Aplicação financeira
- Fundos vinculados

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais, foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente

Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão demonstradas nas notas explicativas:

- Contas a receber - perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) (nota explicativa 6) – principais premissas sobre o risco de inadimplência e as taxas de perdas esperadas.
- Imobilizado (nota explicativa 9) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisão para desmobilização (nota explicativa 13) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e taxa de desconto para o cálculo a valor presente;
- Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa 20) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e são realizadas posteriormente pelos recebimentos do principal e podem ser reduzidas por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

c. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Fundos vinculados e aplicações financeiras

O valor justo é determinado com base na aplicação do percentual do índice atrelado ao respectivo ativo financeiro, taxa (DI), considerando o risco de crédito da instituição na qual os recursos estão aplicados.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como segue:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam:
 - (i) mantidos para negociação no curto prazo,
 - (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente;
 - (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa 22.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos.

d. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL, as quais limitam-se ao prazo da autorização, que na avaliação da Administração representam a vida útil dos bens. Os métodos de depreciação e as vidas úteis serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Unidade de geração eólica – Pás	15 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica – Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica – Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Linhas de transmissão	33 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Comunicação	16 anos
Outros equipamentos	16 anos
Equipamento geral de informática	6 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

e. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques eólicos encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolver as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A Companhia obteve por meio de estudos especializados efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização, desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceu as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa 13. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são: Desmontagem dos aerogeradores, locação de guias, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para desmontagem e destinação final dos itens descartados. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores existentes no parque eólico, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 8,93% a.a. (7,64% a.a em 31 de dezembro de 2021).

f. Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A energia produzida nas transações de geração e venda de energia da Companhia são registradas na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e é classificada no mercado:

- (i) ACL (Ambiente de Contratação Livre) - Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre.

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir:

- (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes;
- (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato;
- (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente através da entrega da energia, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados;
- (iv) Sem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

g. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente ou com problemas de recuperação quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias;
- Houver quebra de cláusulas contratuais;
- Há a reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Há a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- Houver o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros e não identificou ativos financeiros com problemas de recuperação. Adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor, por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia não possuiu ativos com vida útil indefinida, incluindo ágio por rentabilidade futura.

h. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta, proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das demais receitas que não compõem a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Pis e Cofins

O Pis e a Cofins são calculados com base no regime cumulativo, ou seja, aplicando os percentuais estabelecidos pela legislação tributária sobre a receita operacional da Companhia. A alíquota para o Pis é de 0,65% sobre a receita operacional e para a Cofins 3%.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

j. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 11,33% a.a.
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos dos parques eólicos, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente, a Companhia remensura os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar, caso tais reajustes venham a ocorrer.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias, juros sobre arrendamento que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4 Novas normas e interpretações

A partir de 01 de janeiro de 2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC n° 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 03 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; CPC 38 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	IFRS 9 e IFRS 17	03/11/2022	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Alteração no IFRS 16 O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de sale and leaseback	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2023	Não aplicável à Companhia

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 Caixas, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bancos conta movimento	156	149
Aplicações financeiras (a)	<u>5.853</u>	<u>18.406</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>6.009</u>	<u>18.555</u>

(a) Referem-se à Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração 97,40% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2022 (96% em 31 de dezembro de 2021).

b. Fundos vinculados

Os valores apresentados em fundos vinculados fazem parte de exigências contratuais constantes nos contratos de financiamento do Banco do Brasil (Sudene), onde o financiador determina, que sejam mantidos saldos mínimos estabelecidos nos instrumentos de financiamento.

Os fundos vinculados estão classificados no ativo de acordo com a expectativa de utilização dos saldos, que estão relacionados com a liquidação das obrigações de dívida.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Reserva de dívida BB (a)	6.400	122
Reserva O&M (b)	517	311
Total	<u>6.917</u>	<u>433</u>

(a) Reserva da Dívida BB: Conta reserva destinada ao pagamento da dívida do Banco do Brasil "BB" em caso de insuficiência de caixa. O montante representa o valor esperado de pagamento da próxima parcela do Contrato de Financiamento e não é movimentado, devendo ser mantido até o final do contrato.

(b) Reserva de O&M: Conta reservada destinada ao pagamento de O&M em caso de insuficiência de caixa, deve conter 1/4 do valor anual do pagamento de O&M.

6 Contas a receber

Os saldos de contas a receber incluem valores gerados nas operações ordinárias das Companhia e estão segregadas nas naturezas abaixo demonstradas:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Transações realizadas no ACL (a)	3.101	3.026
Transações realizadas no MCP CCEE (b)	(146)	25
Outras contas a receber (c)	<u>254</u>	<u>-</u>
Total	<u>3.209</u>	<u>3.051</u>

(a) Ambiente de Contratação Livre: Venda de energia realizada através de negociações bilaterais entre as partes e liquidações na CCEE.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) MCP CCEE: saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar.
- (c) Outras contas a receber: Valores decorrentes de contratos firmados com o fornecedor de manutenção dos aerogeradores, o qual, cláusulas contratuais estabelecem que, ocorrendo disponibilidade do aerogerador abaixo do índice estipulado em contrato o fornecedor tem a obrigação de ressarcir a Companhia.

7 Despesas pagas antecipadamente

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Seguros a apropriar	462	312
Fianças e compromissos (a)	<u>222</u>	<u>244</u>
Total	<u>684</u>	<u>556</u>
Circulante	619	556
Não circulante	65	-

- (a) A conta representa o montante total dos prêmios estabelecidos nos contratos de fianças e compromissos exigidos pelos contratos de financiamento, onde são registrados inicialmente com contrapartida passiva na rubrica de outras contas a pagar. O saldo ativo é alocado no resultado linearmente de acordo com os prazos de coberturas estabelecidos em contratos e o passivo liquidado nas datas acordadas em contrato.

8 Direito de uso e Arrendamentos

A Companhia atua como arrendatárias em contratos de terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

Os saldos do direito de uso estão apresentados abaixo:

	<u>2022</u>				
	Valor líquido em 2021	Adições (a)	Baixas (a)	Amortizações	Valor líquido em 2022
Ativo de direito de uso					
Arrendamento parques eólicos	3.136	400	(190)	(72)	3.274
Total do ativo	<u>3.136</u>	<u>400</u>	<u>(190)</u>	<u>(72)</u>	<u>3.274</u>

- (a) Valores de adição e baixas referentes à remensuração da desmobilização conforme ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, para maiores detalhes, consultar nota explicativa 13.

	<u>2021</u>			
	Valor líquido em 2020	Baixas	Amortizações	Valor líquido em 2021
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques eólicos	4.966	(1.738)	(92)	3.136
Total do ativo	<u>4.966</u>	<u>(1.738)</u>	<u>(92)</u>	<u>3.136</u>

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição dos saldos do passivo de arrendamentos:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivo de arrendamento	2.595	2.598
Total	<u>2.595</u>	<u>2.598</u>
Circulante	3	3
Não circulante	2.592	2.595

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada abaixo:

	<u>2022</u>				
	Valor líquido em 2021	Pagamentos	Juros incorridos	Valor líquido em 2022	
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos parques eólicos	2.598	(280)	277	2.595	
Total	<u>2.598</u>	<u>(280)</u>	<u>277</u>	<u>2.595</u>	
	<u>2021</u>				
	Valor líquido em 2020	Baixa	Pagamentos	Juros incorridos	Valor líquido em 2021
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos parques eólicos	4.328	(1.738)	(465)	473	2.598
Total	<u>4.328</u>	<u>(1.738)</u>	<u>(465)</u>	<u>473</u>	<u>2.598</u>

9 Imobilizado

a. Composição do ativo imobilizado

Os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Vida útil	<u>2022</u>			<u>2021</u>
		Custo	Depreciação	Valor Líquido	Custo
Imobilizado em andamento	-	814	-	814	540
Máquinas e equipamentos	15-30 anos	153.262	(17.174)	136.088	142.861
Benfeitorias	30 anos	140	(13)	127	131
Equipamentos e processamento de dados	6 anos	64	(3)	61	-
Total		<u>154.280</u>	<u>(17.190)</u>	<u>137.090</u>	<u>143.532</u>

Os ativos imobilizados da Companhia são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa 11.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Movimentações do ativo imobilizado

	2022					Saldo em 2022
	Saldo em 2021	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	
Imobilizado em andamento	540	37	240	(3)	-	814
Máquinas e equipamentos	142.861	-	(304)	-	(6.469)	136.088
Benfeitorias	131	-	-	-	(4)	127
Equipamentos e Processamento de Dados	-	-	64	-	(3)	61
Total	143.532	37	-	(3)	(6.476)	137.090

	2021			
	Saldo em 2020	Baixa	Depreciação	Saldo em 2021
Imobilizado em andamento	899	(359)	-	540
Máquinas e equipamentos	149.284	-	(6.423)	142.861
Benfeitorias	136	-	(5)	131
Total	150.319	(359)	(6.428)	143.532

10 Fornecedores

	2022	2021
Materiais e serviços	472	452
Provisão com despesas de manutenção	80	-
Seguros	414	-
Outros	-	303
Fornecedores partes relacionadas	264	469
Total	1.230	1.224

11 Financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de financiamentos bancários. As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

a. Composição do saldo de financiamentos

Financiamentos	Taxa de juros	Vencimento	2022	2021
Financiamentos Banco do Brasil	1,04% a.a. + IPCA	Ago/2039	85.390	94.413
Total			85.390	94.413
Circulante			5.202	10.647
Não Circulante			80.188	83.766

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Movimentação dos financiamentos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo em 1º de janeiro	94.413	83.177
Juros incorporados a dívida	6.472	11.195
Custo de captação incorrido	56	41
Juros pagos	(10.483)	-
Amortização do principal	(5.068)	-
Saldo em 31 de dezembro	85.390	94.413
Circulante	5.202	10.647
Não Circulante	80.188	83.766

c. Obrigações contratuais - Covenants

O referido contrato possui cláusulas restritivas, as quais são monitoradas pela Companhia, como segue:

- Manutenção, até o vencimento do contrato, da Conta Reserva do serviço da dívida.
- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BB.
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do Banco do Brasil, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,30.
- Manter os contratos de Serviço e Manutenção vigentes.

d. Cronograma de amortização

Os fluxos de pagamentos dos financiamentos estão apresentados no quadro a seguir:

Ano	<u>2022</u>
2023	5.201
2024	5.011
2025	5.011
2026	5.011
2027	5.011
2028 a 2038	60.145
Total	85.390

e. Garantias

As garantias dos financiamentos são usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização e alienação das máquinas e equipamentos.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Debêntures

As debêntures da Companhia têm por característica a não conversibilidade em ações, ou seja, são títulos que não dão direito à conversão em ações da companhia emissora.

As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

a. Composição das debentures

<u>Debêntures</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Debêntures	5,95% a.a. + IPCA	Jun/2035	38.011	38.305
Total			38.011	38.305
Circulante			2.791	2.523
Não Circulante			35.220	35.782

b. Movimentação das debêntures

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo em 1º de janeiro	38.305	43.586
Juros incorporados a dívida	4.532	6.986
Custo de captação incorrido	15	7
Juros pagos	(2.773)	(2.625)
Amortização do principal	(2.068)	(9.649)
Saldo em 31 de dezembro	38.011	38.305

c. Obrigações contratuais – Covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas, as quais são monitoradas pela Companhia, como segue:

- Manutenção, até o vencimento do contrato, da Conta Reserva do serviço da dívida da debênture.
- Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,20, os quais estão sendo cumpridos.
- Manter os contratos de Serviço e Manutenção vigentes.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Cronograma de amortização

Os fluxos de pagamentos das debêntures estão apresentados no quadro a seguir:

Ano	2022
2023	2.791
2024	2.349
2025	2.482
2026	2.323
2027	2.482
2028 a 2035	25.584
Total	38.011

e. Garantias

As debêntures têm como garantias penhor de ações, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia e penhor dos equipamentos. As debêntures contam ainda com garantia de fiança bancária.

13 Provisão para desmobilização

De acordo com os contratos de arrendamentos, a Companhia tem a obrigação de devolver a terra onde os parques eólicos encontram-se instalados nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

A Companhia estimou como valor futuro para esta obrigação o montante de R\$ 1.288 (R\$ 982 em 31 de dezembro de 2021), com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida e baseado em uma taxa de desconto média de 8,93%. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reavaliou as estimativas e não modificou as premissas iniciais adotadas, devido ao fato de que as mudanças nas estimativas não geraram impactos significativos no valor reconhecido.

	2022	2021
Saldo inicial	982	754
Remensuração (a)	210	228
Ajuste a valor presente	96	-
Saldo final	1.288	982

(a) Em atendimento ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ao ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, em dezembro de 2022, a Companhia revisou suas estimativas relacionadas ao valor futuro para cumprir com a respectiva obrigação em contrapartida do custo do ativo.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 27.576 (R\$ 35.576 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 18.268.646 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (37.875.820 em 31 de dezembro de 2021).

Em 01 de agosto de 2022, através de aprovação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) houve redução de capital no montante de R\$ 8.000 com saída de recursos em caixa e equivalente.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 141 (em 2021 não houve a destinação de dividendos).

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, foi constituído o valor de R\$ 30 (em 2021 não houve a constituição de reserva legal).

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos ou distribuições adicionais de lucros, desde que, aprovada pelos credores, previstos no orçamento de capital previamente aprovado na assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2022, foi destinado o montante de R\$ 424 (em 2021 não houve a constituição de reserva de retenção de lucros).

15 Receita operacional líquida

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita bruta de energia elétrica	32.036	32.876
Outras receitas (a)	254	4.238
Total das receitas operacionais antes dos impostos	32.290	37.114
Quantidade em MWh	137.687	145.765
PIS	(243)	(248)
COFINS	(961)	(1.136)
Deduções da receita	(1.204)	(1.384)
Receita operacional líquida	31.086	35.730

(a) Reconhecimento de créditos dos fornecedores de manutenção dos aerogeradores, onde, cláusulas contratuais estabelecem que, ocorrendo disponibilidade do aerogerador abaixo do índice estipulado em contrato o fornecedor tem a obrigação de ressarcir a Companhia. A Companhia considera esta receita como operacional por estar intrinsecamente relacionadas a capacidade e atividade de geração e consequente receita operacional.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue a segregação de receita bruta por tipo de contrato:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
ACL (a)	24.334	26.956
MCP CCEE (b)	<u>7.702</u>	<u>5.920</u>
Total	<u>32.036</u>	<u>32.876</u>

(a) Ambiente de Contratação Livre.

(b) Mercado de curto prazo – CCEE.

16 Custos de operação

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depreciação	(6.476)	(6.428)
Encargos de conexão e transmissão	(2.188)	(1.989)
Engenharia e gestão de processos O&M	(1.894)	(1.470)
Gastos com pessoal	(626)	(350)
Seguros	(601)	(544)
Outros custos (a)	<u>(975)</u>	<u>(6.413)</u>
Total	<u>(12.760)</u>	<u>(17.194)</u>

(a) Referem-se a serviços de terceiros, locações e aluguéis, compra de energia, amortização de direito de uso, impostos e taxas, entre outros custos, líquido de reversões.

17 Despesas gerais e administrativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Gastos com pessoal	(629)	(618)
Serviços de terceiros	(650)	(340)
Locações e aluguéis	(22)	(10)
Legais, judiciais e publicações	(59)	(8)
Taxas e alvarás	(11)	(3)
Outras despesas	<u>(110)</u>	<u>(145)</u>
Total	<u>(1.481)</u>	<u>(1.124)</u>

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18 Receitas e despesas financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Rendimento de aplicações financeiras	1.954	582
Outras receitas financeiras	9	-
Receitas financeiras	<u>1.963</u>	<u>582</u>
Juros sobre financiamentos	(6.472)	(11.195)
Juros sobre debêntures	(4.532)	(6.986)
Despesa captação de financiamentos	(71)	(59)
Fianças e comissões bancárias	(514)	(670)
Juros sobre arrendamento	(277)	(473)
Ajuste a valor presente da provisão para desmobilização	(96)	(228)
Outras despesas financeiras	(149)	(143)
Despesas financeiras	<u>(12.111)</u>	<u>(19.754)</u>

19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.717 (R\$ 1.317 em 31 de dezembro de 2021).

	<u>2022</u>	
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Lucro presumido		
Receita de operações com energia elétrica	32.036	32.036
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	2.563	3.844
Demais receitas	2.217	2.217
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	<u>1.171</u>	<u>546</u>
	<u>3,4%</u>	<u>1,6%</u>
	<u>2021</u>	
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Lucro presumido		
Receita de operações com energia elétrica	37.114	37.114
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	2.969	4.454
Demais receitas	582	582
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	<u>864</u>	<u>453</u>
	<u>24%</u>	<u>9%</u>

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

Não existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

21 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2022, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, estão descritas abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivo		
Echoenergia Participações S.A. (a)		
Dividendos a pagar	142	-
Fornecedores com partes relacionadas	264	469
Total	<u>406</u>	<u>469</u>
Resultado		
Compartilhamento de custos (a)	(887)	(753)
Compartilhamento de despesas (a)	(1.303)	(1.124)
Total	<u>(2.190)</u>	<u>(1.877)</u>

(a) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a controladora Echoenergia Participações S.A. O critério de rateio se dá com base na receita de cada companhia participante do contrato em relação ao total de receita consolidada da controladora. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2023. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais e advocatícias e seguros.

a. Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A, a qual repassa as respectivas remunerações, guardando o critério de proporcionalidade estabelecido para a Companhia por meio de contrato firmado com a Companhia.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

22 Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia possui um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Companhia.

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	2022		2021	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos	5.a	156		149	
Aplicações financeiras	5.a		5.853		18.406
Contas a receber	6	3.209		3.051	
Fundos vinculados	5.b		6.917		433
Passivos financeiros					
Fornecedores	10	1.230		1.224	
Debêntures	12	38.011		94.413	
Financiamentos	11	85.390		38.305	

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	Nível (a)	2022		2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	Nível 2	6.009	6.009	18.555	18.555
Contas a receber	6	Nível 2	3.209	3.209	3.051	3.051
Fundos vinculados	5.b	Nível 2	6.917	6.917	433	433
Fornecedores	10	Nível 2	1.230	1.230	1.224	1.224
Debêntures	12	Nível 2	38.011	38.011	38.305	38.305
Financiamentos	11	Nível 2	85.390	85.390	94.413	94.413
Total			140.766	140.766	155.981	155.981

(a) A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

23 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia gerencia o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas, com rating AAA, e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram as contas a receber são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

Descrição	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	6.009	18.555
Fundos vinculados	5.b	6.917	433
Contas a receber	6	3.209	3.051
		16.135	22.039

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

2022	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.230	(1.230)	(1.230)	-	-	-
Financiamentos	85.390	(85.390)	(5.202)	(15.033)	(10.022)	(55.133)
Debêntures	38.011	(38.011)	(2.791)	(7.154)	(4.991)	(23.075)
Arrendamentos	2.595	(2.595)	(3)	(7)	(14)	(2.571)
Total	127.226	(127.226)	(9.226)	(22.194)	(15.027)	(80.779)

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Risco de taxas de juros

A Companhia entende que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação	Cenário provável	Sensibilidade				
	2022	2023	Provável	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices IPCA (a)	5,03%	5,79%	5,71%	7,24%	8,69%	4,34%	2,90%
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI (b)	12,39%	13,75%	13,75%	17,19%	20,63%	10,31%	6,88%

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 2022	Sensibilidade				
			Provável	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
Financiamentos	IPCA	(85.390)	(90.335)	(91.571)	(94.043)	(92.807)	(90.335)
Debêntures	IPCA	(38.011)	(45.156)	(47.010)	(50.718)	(48.864)	(45.156)
Impacto no resultado			(12.089)	(3.090)	(6.180)	3.090	6.180
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	5.853	6.658	6.859	7.060	6.457	6.256
Impacto no resultado			805	201	402	(201)	(402)

(a) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Fonte: Boletim Focus.

(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

24 Compromissos contratuais e garantias

Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2037
(CUST / CCT) (a)	2.130	2.130	2.130	2.130	23.435
Contratos de (O&M) (b)	2.093	2.308	3.065	3.999	-
Total	4.223	4.438	5.195	6.129	23.435

Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2023 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2024/2023 (julho/23 a junho/22) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2024 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2022/2023.

b. Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção dos aerogeradores.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

	Nota	2022
Atividades de financiamento		
Direitos de uso	8	(210)
Dividendos a pagar	21	(142)
Total das atividades de financiamento		(352)
Total		(352)

26 Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral.

A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuará monitorando a evolução do assunto.